

CPI influi no quadro partidário

Documento

Mesmo sem estar ainda concluída e com muitas dúvidas sobre quantos serão punidos, a CPI do Orçamento já começa a influir no quadro partidário. Poucos dos envolvidos terão as mesmas condições de concorrer que tinham antes de serem citados pelo ex-diretor da Comissão Mista de Orçamento José Carlos Alves dos Santos e de terem seus nomes incluídos nos documentos da Construtora Norberto Odebrecht.

O futuro político desses parlamentares, mesmo dos que não venham a ser apontados como culpados, é ainda cheio de incertezas. O aval de "inocência" que o relatório final do relator, deputado Roberto Magalhães, poderá dar, só virá após o dia 17, quando já terá expirado o prazo para eventuais trocas de partidos, fundamentais para garantir uma vaga nas eleições.

O maior exemplo de expurgo

político está acontecendo com o principal envolvido no escândalo das denúncias de manipulação do Orçamento, o deputado João Alves (sem partido/BA). O PPR, seu antigo partido, não esperou a conclusão dos trabalhos da CPI para cassar o registro do deputado. João Alves evitou se mostrar ressentido ou preocupado. Em seu depoimento na CPI, ele já havia dito que não pretendia mesmo concorrer às próximas eleições.

Mas João Alves preferiu evitar comentário sobre a sua expulsão do PPR. Através de seu advogado, mandou dizer que era um absurdo o processo rerealizado pela executiva do partido e que não havia qualquer prova contra João Alves para justificar uma expulsão. O fato é que, sem o PPR, ele não poderá mesmo concorrer e dificilmente um outro partido vai aceitar incluir o nome João Alves na sua lista de candidatos.

CORREIO BRAZILIENSE